

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM CAMINHO DE APROXIMAÇÃO AS PRÁTICAS VOLTADAS À ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Ivna Leônia Soares Santos ¹

Jessica de Araújo Lapis ²

Ana Margarida Marinho ³

Thayse Borges Costa ⁴

INTRODUÇÃO

A preocupação sobre as práticas inclusivas nas escolas do Brasil veio aumentando ao passar dos anos, pois antes mesmo com o direito, não era realizada de forma concreto e a partir disso veio acontecendo desafios e dúvidas. Com isso, estudos acadêmicos vêm sendo produzidos acerca da temática da inclusão na Educação Física no Brasil. No entanto, ainda hoje, os professores e estudantes sentem dificuldade em incluir e lidar com alunos que tem necessidades educacionais especiais.

Partindo desta dificuldade observa-se a relevância do estágio supervisionado para formação do futuro profissional oportunizando a proximidade com a realidade do ambiente de trabalho, construindo sua própria identidade, aprendendo a observar, desenvolvendo o senso crítico, percebendo as dificuldades e aperfeiçoando seus conhecimentos práticos, pedagógicos e metodológicos. Melhorando assim, o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista envolver e ter consciência do contexto em que estamos inseridos, especialmente dos alunos que possuem potencialidades, deficiências e limitações.

Castro (2002 apud FIORENTINI, 2008) e Rocha (2005 apud FIORENTINI, 2008) afirmam que as práticas de ensino e os estágios supervisionados representam uma instância importante e fundamental à formação do professor, sendo marcada por intensa e significativa aprendizagem profissional.

Nos últimos anos Educação Física brasileira foi redefinida em seus objetivos, intuídos, conteúdos e atuações no cenário escolar, ao mesmo tempo no qual passou a incorporar os ideais

¹ Graduanda do Curso de **Licenciatura em Educação Física** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ivna-leoniia@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de **Licenciatura Educação Física** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, anammarinho@yahoo.com.br;

³ Graduanda do Curso de **Licenciatura Educação Física** da Universidade Estadual da Paraíba, -UEPB, jessicalapis@yahoo.com.br;

⁴ Especialista em treinamento desportivo pela Universidade Cândida Mendes – UCAM e em Educação Física Escolar pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, thayseborges.c@gmail.com.

inclusivos estabelecidos socialmente. Com isso, o objetivo desse estudo foi relatar e discutir a experiência e desafios enfrentados pelos acadêmicos do 5º período, do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Estadual da Paraíba, no Estágio Supervisionado I, aplicado ao ensino fundamental I, dividido nas turmas de 2º ao 5º ano, identificando e discutindo os pontos dos estagiários em incluir os alunos com necessidades especiais.

Para alcance do referido objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, do tipo relato de experiência. O componente curricular de Estágio Supervisionado I, objeto deste trabalho, ocorreu em uma escola municipal de ensino infantil e fundamental, na cidade de Campina Grande-PB, no período de 18 de fevereiro à 26 de junho de 2018.

METODOLOGIA

Refere-se a um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, de acadêmicos do 5º período do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Estadual da Paraíba, regularmente matriculados no componente curricular de Estágio Supervisionado I.

O referido componente ocorreu em uma escola municipal de ensino infantil e fundamental, localizada na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil; no período de 18 de fevereiro à 26 de junho de 2018; e teve como público-alvo alunos do 2º ao 5º ano, cujas idades variaram de 6 a 15 anos, de ambos os sexos.

A princípio, os estagiários analisaram o contexto escolar, conhecendo e realizando um primeiro contato com a gestão, servidores, professores, cuidadoras e alunos para poder captar a realidade do ambiente. Em seguida, os mesmos foram divididos em dois grupos, cada um com quatro alunos-docente e cada grupo ficando com 2 turmas para as intervenções. Foi elaborado um plano de ensino com estagiários e o professor supervisor da universidade, em que dois planos de aula eram produzidos semanalmente por cada grupo em sua respectiva aula.

As aulas aconteciam duas vezes na semana, durante cinquenta (50) minutos por turma e eram supervisionadas pelo professor da escola específico de Educação Física, além de ser acompanhado pelo professor supervisor do componente de estágio supervisionado da instituição (UEPB) formadora. As práticas ocorriam uma vez na quadra e outra vez no auditório, revezando assim o espaço existente com o outro grupo de estagiários.

DESENVOLVIMENTO

Manzini (2002) aponta que apenas razões legais assegurando a matrícula do aluno com deficiência na escola regular não garantem a prática da inclusão nas aulas das diferentes disciplinas do currículo escolar, com a Educação Física e seus conteúdos.

“Soler (2005) e Rouse (2010) recomendaram que o professor proporcione variados tipos de auxílio aos alunos conjuntamente, como físico, verbal e gestual, demonstrando as atividades a serem realizadas para facilitar a compreensão por todos; que adapte as regras, os materiais, o espaço e sua metodologia permitindo que todos compreendam e consigam participar ativamente, independentemente de suas dificuldades; proporcione um tratamento o mais igualitário possível aos alunos com deficiência em relação aos demais, não o superprotegendo nem subestimando sua capacidade, estimulando-o a participar de todas as atividades de forma que este se sinta parte do grupo de alunos e auxiliando-o sim, mas apenas quando houver de fato necessidade de tal ajuda; e que estimule o desenvolvimento dos conceitos e práticas de respeito e cooperação entre os alunos.”

Estudos têm confirmado que essa ocorrência de entraves à efetivação da inclusão devido às atitudes dos professores está associada à falta de capacitação dos mesmos para uma atuação inclusiva adequada, que os conduzem às ações como negligenciar ou superproteger o aluno com deficiência e ter dificuldades em organizar atividades adequadas às diferentes capacidades (Gorgatti, 2005; Chicon, 2008; Falkenbach, 2010).

Salerno (2014) deu como razão colaborador a falta de capacitação a existência de fragilidades do ensino superior expondo, que os discentes do curso de Educação Física não têm se sentido preparados para o trabalho com pessoas com deficiência mesmo após o acompanhamento de disciplinas referentes a essa temática.

Glat & Pletsch (2010) revelam que as fragilidades dos discentes estão associadas às deficiências da graduação, assim como a carência de vivências reais dos docentes com alunos que possuam necessidades especiais, como ao manter disciplinas destinadas a esse tema afastados na grade curricular, a qual se avança desassociando do restante do curso.

Assim, o princípio da inclusão escolar passa a ser defendido como “uma proposta de aplicação prática no campo da educação, de um movimento mundial denominado inclusão social” (MENDES, 2006, p. 395).

A construção de uma sociedade inclusiva torna-se fundamental para a consolidação e desenvolvimento do estado democrático, em que a educação inclusiva é uma parte integrante e essencial. Assim, o princípio da inclusão se globaliza, as teorias e práticas inclusivas passam a ser defendidas em muitos países, inclusive no Brasil. Isso implicaria na necessidade de reformas educacionais, prevendo alterações nos currículos, nas formas de avaliação, na formação dos professores, nas estruturas físicas das escolas e na adoção de uma política educacional mais democrática (MENDES, 2006).

RESULTADOS E DISCURSÕES

Diante de tudo que foi planejado e executado durante esse período de intervenção, temos o entendimento de que apesar de todas as dificuldades em incluir os alunos com necessidades especiais, foi verificada uma predominância de situações de sucesso à inclusão, de participações ativas dos alunos com necessidades especiais e interações positivas entre todos nas aulas, víamos nos sorrisos o quando eles se sentiam incluídos; os demais alunos ajudavam os colegas com dificuldades e os acolhiam com empatia.

Alguns aspectos negativos, como a metodologia aplicada aos conteúdos, que foram brincadeiras e jogos e a ginástica, onde houve maior dificuldade aplicação e interações em atividades de caráter competitivo e de movimentos específicos com alunos. Seja por falta de mais suporte sobre inclusão na formação acadêmica, por não terem experiências prévias, o saber prévio das deficiências e transtornos e o conhecimento sobre ele, ou em função das estratégias de ensino, dos recursos pedagógicos, da seleção dos conteúdos, da falta da presença da cuidadora na sala, ou até da falta de ações propositivas em relação à inclusão.

No entanto, conseguimos em uma troca de conhecimentos mútuo, com avaliações que seguiram de forma qualitativa e contínua, através de observações, onde os alunos foram avaliados de acordo com os seus interesses no desenvolvimento das aulas, participações, interação e socialização com a turma, visando aprimorar o nível de aprendizado, considerando as subjetividades existentes. Oportunizando os alunos serem protagonista das aulas ministradas, desafiando a si próprios e sendo parte integrante do processo de ensino independente das deficiências ou dificuldades apresentadas pelos mesmos.

De fato, os estagiários aproveitaram todo o processo no sentido de se transformar enquanto docente, isto é, ser mais reflexivos e críticos, mas também enquanto pessoas tentando sempre uma melhor relação estabelecida com tudo e todos através da compreensão do contexto e da formação continuada. Vendo o seu aluno não apenas com limitações ou deficiência, mas o enxergando com potencialidades, capacidade e motivação em que aquele aluno participe da sua aula.

Outra recomendação é que o professor esteja ciente de que incluir nas aulas de Educação Física não é simplesmente adaptar a disciplina, mas é adotar uma perspectiva educacional que valorize a diversidade e seja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2005).

Um desafio pertinente foi à acessibilidade da estrutura escolar, pois não havia para o auditório e quadra para pessoas com deficiência, dificultando o processo de aprendizagem e que precisávamos estar levando e deslocando a cadeirante em batentes e havia barreiras em toda a escola. Tendo em vista, que a cuidadora das crianças no horário das aulas de Educação Física os deixaram por conta dos estagiários e aproveitavam como um “tempo livre”.

A experiência com os alunos do ensino fundamental I foi engrandecedor para nós estagiários, por nos desafiarmos a propor sempre o novo e para os alunos, pois, a partir da metodologia pedagógica vemos sua evolução em aspectos do desenvolvimento físico na criticidade e no comportamento sócio afetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas através do estágio supervisionado são um momento impar na formação do professor, porque é o momento em que ele irá desenvolver tudo o que teorizou de conhecimento na vida acadêmica e colocar em prática sua criatividade através dos desafios impostos a ele, a partir das dificuldades dos estagiários em incluir, melhorando nas próximas experiências, aprimorando as suas aulas e seu repertório acadêmico.

Com isso, tem ocorrido uma construção positiva em direção à Educação Física inclusiva, mas que ainda necessita de maior capacitação docente para explorar os diversos conteúdos desta área durante as aulas, associando-os às práticas de inclusão.

Por fim, consideramos que esse trabalho foi de grande valia em vertente a Educação Física inclusiva. Trazendo a reflexão acerca do trabalho pedagógico desenvolvido, que ainda necessitam de maior capacitação docente para exploração desta área durante as aulas, associando-os às ações práticas de inclusão para melhoria dos resultados obtidos.

Palavras-chave: Educação Física; Estagio Supervisionado; Inclusão.

REFERÊNCIAS

CHICON, J. F. Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar. **Movimento**, 14(1), 13-38, 2008.

CHICON, J. F. **Inclusão na educação física escolar: construindo caminhos**. 2005. 420f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005.

FALKENBACH, A. P. **Inclusão: perspectivas para as áreas da educação física, saúde e educação.** Jundiaí, Brasil: Fontoura, 2010.

FIORENTINI, Dario. **A pesquisa e as práticas de formação de professores de matemática em face das políticas públicas no Brasil.** Bolema, Rio Claro: UNESP, ano 21, n. 29, 2008, p. 43- 70.

GLAT, R., PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial.** Rio de Janeiro, 2010.

GORGATTI, M. G. **Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2005.

MANZINI, E. J. **Participação em aulas de educação física: o que alunos com deficiência visual e física relatam.** Coleção prata da casa, V. esp. (1), 81-85. 2002

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em:
<em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v11133.pdf>>. Acesso em: 26 de jul. 2019.

ONOFRE, M.S. **A supervisão pedagógica no contexto da formação didática em Educação Física.** In: CARREIRO DA COSTA, F. et al. Formação de professores em Educação Física: concepções, investigação, prática. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 1996.

ROUSE, P. **Inclusion on physical education: fitness, motor and social skills for students of all abilities.** Champaign: Human Kinetics, 2010.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural.** Rio de Janeiro, Brasil: Sprint, 2005.

SALERNO, M. B. **A informação em Educação Física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente.** (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2014.